

II SÉRIE



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 15 de abril de 2016

Número 74

## ÍNDICE

## 2.º SUPLEMENTO

### PARTE C

#### Finanças

Gabinete do Ministro:

**Despacho n.º 5171-A/2016:**

Despacho de designação da licenciada Elisabete Reis de Carvalho para o cargo de DG da DGQTFP. .... 12384-(4)

**Despacho n.º 5171-B/2016:**

Despacho de designação da licenciada Júlia Amélia da Cunha Araújo para o cargo de Subdiretora-Geral da DGQTFP. .... 12384-(4)



# PARTE C

## FINANÇAS

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 5171-A/2016

Considerando que o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro, que aprova a orgânica da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas estabelece que o cargo de diretor-geral é um cargo de direção superior de 1.º grau e, em consequência, se aplique à sua designação o procedimento concursal previsto para os cargos de direção superior nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado.

Considerando que pelo Despacho n.º 5058-B/2016, de 13 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 13/04, foi determinada a cessação da comissão de serviço da diretora-geral da Direção-Geral para a Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, a licenciada Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos nos termos do disposto no ponto iv) da alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com todas as alterações em vigor.

Considerando que a vacatura do cargo torna necessário e urgente proceder à designação em regime de substituição de novo titular de forma a assegurar o normal funcionamento do serviço até à abertura do procedimento concursal devido.

E, considerando que o regime de designação mais adequado às circunstâncias referidas é o da designação em regime de substituição previsto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual:

1 — Designo, em regime de substituição, para exercer o cargo de diretora-geral da Direção-Geral para a Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas a Doutora Elisabete Reis de Carvalho cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções respetivas.

2 — A presente designação produz efeitos desde 15 de abril de 2016.

14 de abril de 2016. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*.

#### ANEXO

#### Nota curricular

Elisabete Reis de Carvalho, nascida a 17 de dezembro de 1969, é doutorada em Ciências Sociais, na Especialidade de Administração Pública, pela Universidade Técnica de Lisboa (atual Universidade de Lisboa), grau obtido em 2008.

Em 2000, foi-lhe concedido o grau de Mestre em Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), tendo-se licenciado, em 1994, em Gestão e Administração Pública, com formação complementar em Gestão de Recursos Humanos, no mesmo Instituto.

É Professora Auxiliar no ISCSP, assumindo a regência e docência de unidades curriculares nos domínios da Administração Pública e Políticas Públicas. É ainda professora convidada no ISCTE-IUL.

Coordenadora-Adjunta da Unidade de Coordenação de Administração Pública no ISCSP, desde 2013, tendo sob a sua supervisão os doutoramentos em Administração Pública e em Administração da Saúde, o mestrado em Administração Pública (MPA) e a licenciatura em Administração Pública.

É investigadora no Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), dedicando-se ao estudo da inovação e processos de transformação em Administração e Políticas Públicas. Foi membro da equipa fundadora do CAPP, tendo participado em projetos de investigação dedicados ao estudo da Administração Pública Portuguesa, numa perspetiva

comparada. Entre 2010 e 2011, foi vice-presidente do CAPP. Coordenou ainda o grupo de investigação em Administração Pública, até 2013.

No ISCSP, tem vindo a exercer diversas funções institucionais, desde 2008, entre as quais a de membro do Conselho Científico e do Conselho de Escola.

É regularmente convidada para participar, como oradora, em eventos dedicados à Administração Pública e é autora de obras na área.

209511517

#### Despacho n.º 5171-B/2016

Considerando que o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro, que aprova a orgânica da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas estabelece que o cargo de subdiretor-geral é um cargo de direção superior de 2.º grau e, em consequência, se aplique à sua designação o procedimento concursal previsto para os cargos de direção superior nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado.

Considerando que pelo Despacho n.º 5058-B/2016 de 13 de abril, publicado no *Diário da República*, na 2.ª série, n.º 72, de 13/04 foi determinada a cessação da comissão de serviço da subdiretor-geral da Direção-Geral para a Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, a licenciada Sandra Maria de Azevedo Ferreira Sant' Ana, nos termos do disposto no ponto iv) da alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado, aprovado Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com todas as alterações em vigor.

Considerando que a vacatura do cargo torna necessário e urgente proceder à designação em regime de substituição de novo titular de forma a assegurar o normal funcionamento do serviço até à abertura do procedimento concursal devido.

E, considerando que o regime de designação mais adequado às circunstâncias referidas é o da designação em regime de substituição previsto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual:

1 — Designo, em regime de substituição, para exercer o cargo de subdiretor-geral da Direção-Geral para a Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas a licenciada Júlia Amélia da Cunha Araújo cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções respetivas.

2 — A presente designação produz efeitos desde 15 de abril de 2016.

14 de abril de 2016. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*.

#### ANEXO

#### Nota curricular

Júlia Amélia da Cunha Araújo (1966) é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1989) e em Direito pela Faculdade de Direito da mesma Universidade (1996).

É pós-graduada em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2001).

Possui o Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP), pelo ISCTE (2008) e o Curso de Especialização no Ramo Educacional — História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1991).

Frequentou o Programa Avançado em Gestão de Recursos Humanos (PARH), na *Católica Lisbon School of Business and Economics* (2013).

Exerceu o cargo de diretora de serviços da Direção de Serviços de Formação e Inovação na Aprendizagem, na Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA, de 15-5-2012 até à presente data.

Na Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, exerceu os cargos de diretora de serviços da Direção de Serviços de Recursos

Humanos (2006-2007) e de coordenadora da equipa multidisciplinar para a Promoção da Autonomia e Apoio à Gestão (2007-2012).

No mesmo organismo, exerceu os cargos de coordenadora do Gabinete Jurídico e de chefe da equipa multidisciplinar de Assuntos Jurídicos e Contenciosos (2005-2006).

Foi também adjunta do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa (2004-2005).

Exerceu funções no Gabinete Jurídico da Direção Regional de Educação de Lisboa, nas qualidades de jurista (2000-2004).

É técnica superior do Ministério da Educação desde 2008.

Foi professora do ensino secundário, do grupo de recrutamento 400 (História), (1990-2008), tendo exercido cargos de gestão escolar.

É formadora acreditada junto do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores.

É coautora do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário Anotado (Plátano Editora, 2003), do Novo Regime do Concurso do Pessoal Docente (Coimbra Editora, 2006), e do Estatuto da Carreira Docente Anotado (Coimbra Editora, 2007 e 2011).

209511614

---

*II SÉRIE*



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

*Diário da República Eletrónico:*

Endereço Internet: <http://dre.pt>

*Contactos:*

Correio eletrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt)

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750

---